



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Departamento de Saúde Indígena

NOTA TÉCNICA Nº 28/GAB/DESAI- 31 Janeiro 2005

AÇÕES DA FUNASA COM PARCEIROS DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL MUNICIPAL e CONVENIADA REDUZEM A DESNUTRIÇÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL

As imagens veiculadas nos últimos dias de crianças internadas no Centro de Referência de Reabilitação Nutricional-Missão Kaiowá, e a abordagem feita, por alguns órgãos, sobre a questão da desnutrição entre os Guarani-Kaiowá, chocou a todos aqueles que tem compromisso com a defesa da vida e das tradições culturais dos povos indígenas brasileiros. Evidenciou também problemas estruturantes, pelos quais vivem estes povos, onde a desnutrição é uma de suas expressões, que não devem ser omitidos e, muito menos, delegar aos próprios índios a culpa e responsabilidade da sua ocorrência. Revelou também que, ao contrário do que tenta ser apregoado por alguns setores, a **FOME** é sim uma questão que merece a **PRIORIDADE POLÍTICA** de toda a sociedade brasileira, como vem insistentemente afirmando o Presidente LULA.

Do ponto de vista específico dos Povos Indígenas, esta prioridade exige a continuidade das políticas públicas já em curso, o envolvimento da sociedade e, particularmente, a centralidade da participação das comunidades indígenas e o fortalecimento de seus conhecimentos e atores tradicionais, na construção das estratégias de enfrentamento.

Os dados da **Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)** da FUNASA no Mato Grosso do Sul, mostram que entre **2003 e 2004** houve redução da desnutrição em crianças menores de 5 anos. Para a classificação nutricional desta faixa etária a FUNASA utiliza os critérios recomendados pelo Ministério da Saúde. Segundo estes critérios, **em 2003**, 15% das crianças avaliadas apresentavam desnutrição e 16% estavam em risco nutricional. Estes percentuais caíram em **2004** para 12% de casos de desnutrição e 15% de risco nutricional. Este último são crianças que ainda não apresentam desnutrição, mas que já precisam de atenção por parte das equipes de saúde e dos cuidados familiares e da comunidade. O programa apresenta uma cobertura de 90% das crianças indígenas menores de 5 anos.

O quadro nutricional encontrado entre os Guarani-Kaiowá não é o mesmo entre as demais etnias, Terena e Kadiwéu, do Mato Grosso do Sul, onde vivem hoje cerca de 56 mil índios em Terras Indígenas. As etnias Terena e Kadiwéu, no ano de 2004, tiveram um perfil de 2% de desnutrição e 5% de risco nutricional. Como um comparativo com a população brasileira, a última Pesquisa Nacional, a PNDS de 1996, revelou uma média nacional de 5,9% de desnutrição

em menores que 5 anos. A média das crianças Terena e Kadiwéu chega a ser menor que a média de desnutrição da população do Centro-Sul do Brasil (3,8%).

A Vigilância Alimentar e Nutricional é mais uma importante ação desenvolvida no Mato Grosso do Sul nos últimos anos, pela FUNASA e Conveniada local, sendo implantado em 2002. Esta consiste em uma ação de atenção básica, que visa diagnosticar e acompanhar o estado nutricional da população, principalmente de grupos vulneráveis como crianças menores de cinco anos, identificando os casos de risco nutricional, e suas causas, para o subsídio de intervenções adequadas.

Na atuação nas aldeias pelas equipes de saúde indígena, a vigilância nutricional obtém informações da população assistida, apoiando a melhoria das práticas de assistência individual e coletiva. Possibilita ação nos casos, ainda no ato do diagnóstico, além de atuar no acompanhamento de programas públicos de intervenção nutricional. É um importante instrumento para programas governamentais como o FOME ZERO, pois direciona as ações para quem realmente necessita.

O acompanhamento é realizado pelas equipes multidisciplinares de saúde indígena, que mensalmente pesam as crianças, avaliando se estão com peso adequado para idade. As famílias das crianças com peso inadequado para a idade são aconselhadas quanto a práticas alimentares saudáveis, como por exemplo, o incentivo ao aleitamento materno, e recebem suplementação alimentar conforme o caso. É a ação de vigilância sobre o estado nutricional das crianças que capta os casos de risco para uma atuação diferenciada, evitando o aumento dos casos graves. Sem a efetividade desta ação, estes casos sequer chegam aos serviços de saúde para tratamento. Em Dourados/MS, a Vigilância Nutricional envolve 3 equipes multidisciplinares de saúde com médico, dentista, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e 33 Agentes Indígenas, contando com a orientação nas aldeias de 1 Nutricionista.

Os casos graves identificados são encaminhados para assistência especializada, como o **Centro de Recuperação Nutricional-Missão Kaiowá** de Dourados, credenciado no SUS, tecnicamente gerenciado pelo convênio FUNASA-Missão Kaiowá e referência para o tratamento de desnutridos graves indígenas de todo o Estado. Este recebe de fora do município de Dourados a ampla maioria dos casos internados em 2004. Este Centro foi credenciado pela FUNASA para receber, mensalmente, o Incentivo de Apoio a Atenção aos Povos Indígenas (IAPI) do Ministério da Saúde, em 2004 totalizando o valor de R\$ 189.456,00 (cento e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais). Em 2004, este Centro recebeu R\$200 mil de investimento em obras e equipamentos na sua revitalização pelo **Programa Fome Zero**. Desde a sua instalação, vem contribuindo para a redução do número de óbitos que tem a desnutrição como causa básica. **Em 2004, ano que concluiu-se a sua revitalização, obteve-se a menor taxa de óbitos por desnutrição, 4 óbitos em 2004 contra 17 óbitos no ano de instalação do Centro, a menor taxa de média de permanência de crianças internadas, 110 dias em 2004 contra 255 em 2003, a menor taxa de óbitos por desnutrição como causa básica em menores de 1 ano e a menor taxa de reincidência de crianças após alta, em 2004 variando**

entre 10-20% contra cerca de 60% no início da sua instalação. Estes indicadores revelam a evolução na qualidade do atendimento no Centro, a articulação com as equipes na atenção básica e o impacto das políticas sociais desenvolvidas para a população indígena em Dourados/MS e região.

As ações de Vigilância Nutricional no Mato Grosso do Sul fazem parte da Política de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas no Estado pela FUNASA, que envolve ações em Saneamento Básico. **Em 2004 foi atingida a meta de microcistemas de água em 100% das aldeias do Estado do Mato Grosso do Sul.** No município de Dourados, nas aldeias de Bororó e Jaguapiru, foram investidos R\$ 2,2 milhões na ampliação da rede de distribuição de água. Em 2005 e 2006, a meta é ampliar e manter a rede dos microcistemas já existentes, para garantir, a um número maior de famílias, água de qualidade na sua habitação. A FUNASA também mantém convênio com a Missão Kaiowá, para ações complementares de saúde no Mato Grosso do Sul. Em 2004 foram repassados cerca de R\$ 4.193.816,30 (quatro milhões cento e noventa e três mil oitocentos e sesses reais e trinta centavos). O valor pactuado com este convênio foi da ordem de R\$ 7.189.399,83. (Sete milhões cento e oitenta mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos) com vigência ainda em 2005.

AÇÕES INTERSETORIAIS CONJUNTAS

Além da Revitalização do Centro de Reabilitação Nutricional, outras ações conjuntas realizadas contribuíram para estes indicadores.

1- Parceria FUNASA-Governo do Estado para suplementação nutricional : Em outubro de 2003, a Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária (SETASS), Secretaria de Estado de Saúde (SES) e Coordenadoria de Gestão de Políticas Sociais (COGEPS), firmaram parceria para fornecimento de leite em pó integral a todas as crianças indígenas identificadas como desnutridas entre seis e vinte e quatro meses de idade, residentes nas aldeias do estado de Mato Grosso do Sul. O projeto apresentado beneficiou 1913 crianças, na referida faixa etária. Este projeto está sendo reativado e ampliado em 2005, pela mesma parceria.

2- O Fome Zero Indígena de Mato Grosso do Sul destina-se aos povos indígenas Guarani-Kaiowá e Terena. No final de dezembro de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Social repassou R\$ 5 milhões para o plantio de alimentos e ações de geração de emprego e renda. Dos recursos transferidos, o Estado executou até hoje R\$ 3,8 milhões, por intermédio da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária. Ainda restam 30,3% para serem aplicados até junho de 2005, prazo final da vigência do convênio.

Os recursos utilizados, segundo dados da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, beneficiaram **11 mil famílias indígenas de 70 aldeias. A área atendida envolve 28 municípios do Estado.**

3- Programa de Habitação e Saneamento Indígena: A FUNASA e o Ministério das Cidades, com a participação do Governo do Estado e da Prefeitura de Dourados, desenvolveram um Programa Habitacional Conjunto, com atuação da FUNASA na construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares em 200 novas habitações, em construção a partir de 2004, em aldeias indígenas. Este Programa será estendido em 2005 para outros povos indígenas do Brasil, em parceria FUNASA, FUNAI e Ministério das Cidades.

4- Carteira Indígena de Projetos- Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social- Como resultado do Fórum Nacional para Elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil, no ano de 2004, foram realizadas, em todo o país, incluindo o estado do Mato Grosso do Sul, oficinas regionais para elaboração de projetos junto com as comunidades indígenas. Em Dourados esta ocorreu em Novembro de 2004, com participação das lideranças das etnias Guarany-Kaiowá, Nhandewa e Terena; representantes e técnicos da FUNAI, FUNASA, EMBRAPA, Universidade Católica Dom Bosco, Prefeitura de Dourados, Secretaria Estadual e Ministério da Educação.

NOVAS AÇÕES PACTUADAS PARA 2005

No dia 28 de Janeiro de 2005 o Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social, o Diretor do Departamento de Saúde Indígena da FUNASA (DESAI/FUNASA) e técnica responsável pela implantação do Programa Nacional de Vigilância Nutricional do DESAI/FUNASA, retornaram ao estado do Mato Grosso do Sul, para reuniões com o Governador e Secretários de Estado do Mato Grosso do Sul (Campo Grande), com Prefeitos de Municípios com população Indígena da região de Dourados (Dourados), com o Presidente do Conselho Distrital do Mato grosso do Sul, com conselheiros do conselho local de saúde de Dourados e técnicos das equipes de saúde indígena e do Centro de Reabilitação em Dourados. Visitaram, também, experiências de projetos financiados pelo **Fome Zero**, nas aldeias de Dourados. Nestas reuniões reafirmou-se a necessidade da continuidade de ações conjuntas e de intensificar-se a participação e envolvimento das comunidades, fortalecendo seus conhecimentos, práticas e organizações tradicionais, para maior efetividade das ações.

Para 2005 foi pactuado:

1- Fome Zero Indígena do Mato Grosso do Sul -O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) anunciou um novo aporte de recursos ao **Fome Zero Indígena do Mato Grosso do Sul**, projeto que financia

agricultura familiar e a auto-sustentabilidade das comunidades Guarani-Kaiowá e Terena, que recebeu, em 2003, R\$ 5 milhões. As comunidades indígenas serão incluídas no **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**, que compra a produção do pequeno agricultor e destina aos programas da merenda escolar, creches e hospitais. Nesta ação, está previsto o repasse de R\$ 4 milhões.

2- Carteira Indígena – projeto no qual as populações podem apresentar projetos para o autoconsumo de alimentos e geração de trabalho e renda – será estendida a novas comunidades que tenham interesse em enviar suas propostas. Atualmente, o MDS avalia **11 projetos enviados por etnias do Mato Grosso do Sul**.

3- Bolsa Família-As comunidades indígenas também serão incluídas no Bolsa-Família. A forma de cadastramento está sendo analisada pela Secretaria de Renda de Cidadania do MDS e será dada prioridade aos povos que vivem em áreas de maior risco social. Em Novembro de 2004, após reunião conjunta da FUNASA, MDS, FUNAI e MMA com os Presidentes dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena foi desencadeado um processo de consulta aos Conselhos sobre o Bolsa Família e demais estratégias de transferência de renda.

4- Ampliação da Vigilância Nutricional para Gestantes : Uma das ações prioritárias da FUNASA para 2005 a 2007 é a implementação do Programa de Vigilância Nutricional nos Distritos Sanitários Indígenas que não o possuem e ampliá-lo naqueles já implantados, como o DSEI/Mato Grosso do Sul. O DSEI/Mato Grosso do Sul, já havia sido escolhido em 2004, como DSEI piloto para implementação do Projeto Vigisus II, envolvendo educação continuada, com modalidade a distância, em conjunto com a **FIOCRUZ**, além de aquisição de equipamentos para avaliação nutricional de grupos prioritários. A cobertura do acompanhamento nutricional deverá ser ampliada para gestantes, uma vez que muitas das crianças que apresentam desnutrição grave, já nascem com baixo peso devido às condições nutricionais das mães.

5- Descentralização da Referência de Reabilitação Nutricional- Como estratégia já definida após a Revitalização do Centro de Referência em Dourados, a FUNASA, em parceria com os Governos Municipais, Estadual e Federal já iniciou, em 2004, obras para descentralizar, próximo aos municípios de origem dos casos graves, as ações de média complexidade no atendimento das crianças desnutridas. Já está em construção a Casa de Apoio a Saúde do Índio de Amambai, que terá uma unidade de referência para desnutrição grave, e pactuou-se a construção, em 2005, de unidades em Miranda, Paranhos e Japorã. Acredita-se que, a proximidade com as aldeias de origem, reduzirá ainda mais a reincidência, antecipará a gravidade dos casos e criará condições mais propícias de mobilização das comunidades envolvidas.

6- Projeto de Saúde Mental- A Funasa inicia, em 2005, o Projeto para Implantação de Políticas de Redução de Danos no uso de Álcool e Drogas, tendo como estratégia principal o fortalecimento dos conhecimentos e formas de

organização tradicionais, para a mediação dos danos sociais causados por este uso. Este projeto irá buscar capacitar os profissionais locais para a troca de conhecimentos e revisão de estratégias terapêuticas, bem como a constituição de equipes de referência e apoio matricial no DSEI para a temática da saúde mental. Discutiui-se na reunião com a Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado e a Prefeitura de Dourados, uma articulação possível com os espaços já constituídos de educação escolar indígena e o programa de Revitalização das Casa de Reza entre os Guarany-Kaiowá.

7- Subprojetos de Iniciativas Comunitárias do Vigisus II- Como um dos DSEI prioritários para a implementação das ações de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável, em 2005, o Projeto Vigisus II estará definindo projetos construídos a partir de iniciativas comunitárias, a serem financiados, tendo como diretrizes fundamentais a segurança alimentar, a sustentabilidade das ações, o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais e a expansão da participação das mulheres.

Destaca-se o envolvimento das lideranças do Conselho Distrital Indígena do Mato Grosso do Sul na elaboração de políticas e acompanhamento das questões apontadas. Ficou definida a participação dos representantes das várias Secretarias do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, o convite estendido aos Prefeitos da região e aos representantes do Ministério do Desenvolvimento Social, para a próxima reunião do CONDISI, em Fevereiro de 2005.

ALEXANDRE R. S. PADILHA
DIRETOR
Departamento Nacional de Saúde Indígena
FUNASA/Ministério da Saúde